

TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR

ADMINISTRAÇÃO

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

PROVA 2 –AMARELA
A COR DA CAPA DA SUA PROVA É AMARELA
MARQUE ESSA COR EM SEU CARTÃO RESPOSTA

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além desta PROVA, você recebeu o seu CARTÃO RESPOSTA personalizado.
2. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, constam no seu CARTÃO RESPOSTA. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para registro da Correção de Dados na Ata de Sala.
3. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo nesse momento sofrer revista com detectores de metais. Ao sair da sala no término da sua prova, o candidato não poderá utilizar o banheiro.
4. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre os conteúdos da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre as questões de sua prova.
5. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala aguardando até que todos concluem a prova para assinarem a Ata de Sala.
6. O candidato só poderá retirar-se do local de realização da prova após decorridos 60 (sessenta) minutos do seu início. O candidato somente poderá retirar-se da sala levando sua prova, nos últimos 60 (sessenta) minutos do horário determinado para o término da prova. A inobservância desses horários acarretará a eliminação do candidato.
7. É obrigatória a sua assinatura na LISTA DE PRESENÇA e no CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
8. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Marcações de lápis não serão consideradas.
9. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão.
10. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
11. O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
12. A marcação INCORRETA, OU NÃO MARCAÇÃO, DA COR DA CAPA DA SUA PROVA no CARTÃO RESPOSTA é de sua inteira responsabilidade e implicará na **NÃO CORREÇÃO** da prova.
13. O saco plástico recebido para guarda do material deverá, obrigatoriamente, ser colocados embaixo de sua carteira. O descumprimento dessa medida implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

BOA PROVA!!!!

CONHECIMENTOS BÁSICOS PORTUGUÊS

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

Políticas de conscientização engajam consumidores no consumo responsável de bebidas alcoólicas

01 O jeito de consumir bebidas em bares e restaurantes está mudando. Se
02 antes havia uma preocupação muito maior em relação a "beber mais", hoje, os
03 consumidores estão muito mais atentos à quantidade e à qualidade do que eles
04 ingerem. De certa forma, esse novo movimento tem uma relação direta com o
05 aumento da facilidade com que as pessoas têm encontrado informações sobre
06 o abuso do álcool. Aliado a isso, as empresas do setor têm estimulado seus
07 clientes a consumirem menos e melhor, promovendo, inclusive ações de
08 conscientização.

09 Por outro lado, esse trabalho de conscientização precisa começar desde
10 muito cedo. Afinal, crianças e adolescentes também estão suscetíveis a
11 consumirem bebidas alcoólicas – o que é algo proibido por lei. Levando isso em
12 consideração, a Pernod Ricard, dona de marca como Absolut, Chivas, Jameson
13 e Beefeater, patrocina o programa Na Medida. Promovido na região do sul
14 fluminense, onde a empresa tem uma fábrica, o projeto foi lançado em 2011,
15 em parceria com a ONG Singulares. Na prática, a iniciativa reforça o
16 posicionamento da empresa de que a educação é a chave para a prevenção.

17 O alvo do programa são as escolas de ensino fundamental, que
18 recebem educadores para promover debates e orientar alunos sobre os perigos
19 do consumo precoce do álcool. "Cada oficina realizada pelo projeto proporciona
20 uma experiência única e diferente do que é ser educador. Colocar-se ao lado
21 dos participantes, escutá-los e compartilhar o tema nos dá a possibilidade de
22 lidar com as multiplicidades e compreender as dores e delícias do que é ser
23 jovem atualmente. Sinto-me privilegiada enquanto psicóloga, por facilitar rodas
24 de conversas com debates e compreensões ricas sobre a vida. As
25 reverberações de participar de um encontro como esse ecoam nos alunos e
26 nos profissionais das instituições escolares que abrem as portas prontamente
27 para nos receber", afirma Hislania Fátima dos Santos Nóbrega, educadora do
28 Na Medida.

29 O sucesso do programa já pode ser, inclusive, mensurado. Isso porque
30 ele foi um dos responsáveis para que a Pernod Ricard conquistasse, pelo
31 segundo ano consecutivo, o prêmio "As Melhores Empresas Para Trabalhar no
32 Rio de Janeiro", concedido pela consultoria Great Place To Work (GTW) à
33 fábrica da empresa na região.

34 A escola Professora Jandyra Reis de Oliveira, na cidade de Barra
35 Mansa, no Rio de Janeiro, é uma das agraciadas pelo projeto. "Nós da equipe
36 pedagógica e diretiva ressaltamos o projeto por terem desenvolvido oficinas e
37 palestras em nossa unidade escolar, sempre com temas relevantes e
38 significativos que levam os estudantes a reflexão e, principalmente, a
39 transformação de atitudes e construção de valores", afirma Elisangela Lima
Teixeira, Coordenadora Pedagógica da instituição.

[...]

Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/fechado-apos-ser-atingido-por-oleo-parque-de-abrolhos-e-reaberto/>

Acessado em 11 de novembro de 2019

Texto adaptado

1 O referente do elemento coesivo grifado está incorretamente indicado em

- (A) Se antes havia uma preocupação muito maior em relação a "beber mais", hoje, os consumidores estão muito mais atentos à quantidade e à qualidade do que eles ingerem (linhas 1 a 4) – os consumidores de bebidas alcoólicas.
- (B) Levando isso em consideração, a Pernod Ricard, dona de marcas como Absolut, Chivas, Jameson e Beefeater, patrocina o programa Na Medida (linhas 11 a 13) – a lei que proíbe o consumo de álcool por crianças e adolescentes.
- (C) Promovido na região do sul fluminense, onde a empresa tem uma fábrica, o projeto foi lançado em 2011, em parceria com a ONG Singulares (linhas 13 a 15) – a região sul do Estado do Rio de Janeiro.
- (D) As reverberações de participar de um encontro como esse ecoam nos alunos e nos profissionais das instituições escolares que abrem as portas prontamente para nos receber", afirma Hislania Fátima dos Santos Nóbrega, educadora do Na Medida (linhas 24 a 27) – as instituições escolares em que o programa funciona.

2 A crase não foi representada em

- (A) O jeito de consumir bebidas em bares e restaurantes está mudando. Se antes havia uma preocupação muito maior em relação a "beber mais", hoje, os consumidores estão muito mais atentos à quantidade e à qualidade do que eles ingerem (linhas 1 a 4).
- (B) Aliado a isso, as empresas do setor têm estimulado seus clientes a consumirem menos e melhor, promovendo, inclusive ações de conscientização (linhas 6 a 8).
- (C) Afinal, crianças e adolescentes também estão suscetíveis a consumirem bebidas alcoólicas – o que é algo proibido por lei (linhas 10 e 11).
- (D) "Nós da equipe pedagógica e diretiva ressaltamos o projeto por terem desenvolvido oficinas e palestras em nossa unidade escolar, sempre com temas relevantes e significativos que levam os estudantes a reflexão e, principalmente, a transformação de atitudes e construção de valores", afirma Elisângela Lima Teixeira, Coordenadora Pedagógica da instituição (linhas 35 a 40).

3 Uma vírgula deveria ter sido empregada em

- (A) Aliado a isso, as empresas do setor têm estimulado seus clientes a consumirem menos e melhor, promovendo, inclusive ações de conscientização (linhas 6 a 8).
- (B) Afinal, crianças e adolescentes também estão suscetíveis a consumirem bebidas alcoólicas – o que é algo proibido por lei (linhas 10 e 11).
- (C) Na prática, a iniciativa reforça o posicionamento da empresa de que a educação é a chave para a prevenção (linhas 15 e 16).
- (D) A escola Professora Jandyra Reis de Oliveira, na cidade de Barra Mansa, no Rio de Janeiro, é uma das agraciadas pelo projeto (linhas 34 e 35).

4 O programa Na Medida, de que trata o texto,

- (A) tem como público alvo os professores de escolas de ensino fundamental.
- (B) estimula os clientes da Pernod Ricard ao consumo mais responsável.
- (C) parte do princípio de que a educação favorece a prevenção.
- (D) propõe a premiação das escolas participantes.

5 De acordo com o texto, a preocupação com o consumo de bebida alcoólica

- (A) já é notada há muito tempo no público adulto.
- (B) se deve à facilidade de acesso a informação.
- (C) é uma tendência recentemente observada.
- (D) depende do incentivo dos fabricantes.

ATUALIDADES

6 O Art. 144 da Constituição Federal do Brasil define que a segurança pública, deve ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio dos seguintes órgãos:

- I- a polícia federal, que destina-se, entre outras funções, a exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;
- II- as polícias militares, que estão incumbidas, ressalvada a competência da União, das funções de polícia judiciária e da apuração de infrações penais, exceto as militares;
- III- a polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, que destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais;
- IV- as Forças Armadas, responsáveis pela polícia ostensiva e pela preservação da ordem pública.

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.

7 Sobre a internet, é correto afirmar que a

- I- Internet e a World Wide Web (WWW) são sinônimos;
- II- World Wide Web (WWW) viabiliza a transmissão de imagens, som e vídeo pela rede;
- III- World Wide Web (WWW) é um sistema de informação e este serviço permite ter acesso às informações ligadas/relacionadas entre si através do protocolo HTTP (HyperText Transfer Protocol).

As afirmações I, II e III são, respectivamente,

- (A) falsa; falsa; verdadeira.
- (B) falsa; verdadeira; verdadeira.
- (C) falsa; falsa; falsa.
- (D) verdadeira; verdadeira; verdadeira.

8 São prescrições estabelecidas pela Lei 13415, de 16 de fevereiro de 2017:

- I- a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;
- II- o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional;
- III- para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: demonstração prática; experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar; atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas; cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais; estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras; cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias;
- IV- nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

São corretas apenas as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.

9 As afirmações abaixo se referem ao salário mínimo:

I – o artigo 7º da Constituição Federal do Brasil estabelece como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

II - variações no nível do salário mínimo podem ter uma multiplicidade de efeitos sobre o funcionamento da economia em geral. Esses efeitos tendem a ser multifacetários, conjugando impactos positivos em algumas dimensões e negativos em outras;

III - o salário mínimo foi instituído no Brasil pelo presidente Costa e Silva, através da lei nº 185, de janeiro de 1968, e pelo decreto-lei nº 399, de abril de 1968. O mesmo passou a vigorar a partir de 01 de maio de 1970, quando o decreto-lei nº 2162 fixou seus valores.

IV - o salário mínimo, em 2019, passou de R\$ 954 para R\$ 998. De acordo com o decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, o valor diário do salário mínimo ficou em R\$ 33,27 e o valor por hora, em R\$ 4,54.

São verdadeiras apenas as afirmações

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.

10 “Em Vinto, cidade de 60 mil habitantes do departamento de Cochabamba, a prefeita Patricia Arce – indígena e correligionária de Evo – foi humilhada por um grupo de homens da oposição. Além dos insultos, Arce foi coberta com tinta vermelha, arrastada pelas ruas da cidade e teve os cabelos cortados à força. Ao estilo miliciano, a turba só parou quando a polícia chegou. Finalmente, no dia da queda do governo, os ataques chegaram também às casas de Evo e sua irmã, Ester Morales.” (<https://theintercept.com/2019/11/12/golpe-caminho-ultraconservadorismo/>. Acessado em 20 de novembro de 2019)

O trecho da reportagem publicada no site do The Intercept faz referência a acontecimentos que estão relacionados à deposição do Presidente Evo Morales, que governou a(o)

- (A) Bolívia).
- (B) Venezuela.
- (C) Chile.
- (D) Haiti.

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO PARÁ

11 A Procuradoria-Geral da República (PGR), em setembro de 2019, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) ação contra medidas que possam limitar a liberdade de professores, incluindo o movimento conhecido como “escola sem partido”. Em coletiva realizada, a ex-Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, disse que o projeto Escola sem Partido “fere a autonomia dos professores, a autonomia de cátedra” e “fortalece um tipo de instrução baseado num pensamento único” (<https://www.palmasaqui.com.br/destaque/pgr-ajuiza-acao-no-stf-contras-censura-a-docentes-na-bordagem-plural-nas-escolas/>).

Na sua ação, o Ministério Público argumenta que esse projeto fere os “princípios constitucionais caros à educação, como o preparo para o exercício da cidadania (art. 205), a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, e a gestão democrática do ensino público (art. 206, II, III e VI)”, pois:

- (A) incita a “doutrinação” política e ideológica e a emissão de opiniões político-partidárias, religiosas ou filosóficas de professores em sala de aula.
- (B) favorece a implantação de práticas de cunho persecutório, de censura e delação em sala de aula.
- (C) promove a livre manifestação de convicções morais, religiosas ou ideológicas eventualmente contrárias às de estudantes, pais ou responsáveis por parte de docentes.
- (D) autoriza abordagens de questões relacionadas a gênero e sexualidade por parte dos docentes.

12 Diz a Constituição Federal Brasileira que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”. Isso significa dizer que

- (A) qualquer cidadão pode constranger judicialmente o estado para exercer o direito à educação escolar.
- (B) esse direito não é objetivo, portanto pode ser assegurado ou não.
- (C) o direito à educação depende da interpretação subjetiva das autoridades do executivo e do judiciário.
- (D) o direito à educação escolar depende de normas regulamentadoras para que possa ser exercido pelo cidadão.

13 A Constituição Federal Brasileira define que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e que esse dever estatal será efetivado mediante algumas garantias, entre as quais a(o)

- (A) universalização da educação básica e do ensino superior gratuito.
- (B) atendimento educacional especializado às Pessoas com Deficiência Física na rede regular de ensino.
- (C) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- (D) oferta de ensino noturno regular para todos os que não tiveram acesso na idade própria.

14 Considerando-se o que determina a Lei n° 5.810, de 24/11/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Pará, é correto afirmar que o servidor estável aprovado em outro concurso público

- (A) fica sujeito a estágio probatório no novo cargo, por período de dois anos, desde que seja um cargo diferente do ocupado anteriormente.
- (B) fica dispensado do estágio probatório no novo cargo.
- (C) fica dispensado do estágio probatório no novo cargo caso passe a ocupar o mesmo cargo público, desde que já tenha sido avaliado.
- (D) fica sujeito a estágio probatório no novo cargo, por período de cinco anos.

15 Nas suas Disposições Preliminares, a Lei n.º 5.810, de 24/11/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Pará, define a sua abrangência em relação aos servidores

- (A) somente do Poder Executivo.
- (B) somente dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- (C) somente dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.
- (D) dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

PLANO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UEPA- PDI (2017-2027)

16 Uma das diretrizes pedagógicas que norteiam as ações da Universidade do Estado do Pará, previstas no PDI da Instituição, é

- (A) desenvolver ações que visem à internacionalização de currículo acadêmico.
- (B) combater / enfrentar a evasão no ensino superior.
- (C) acompanhamento psicopedagógico da comunidade acadêmica.
- (D) ampliar a oferta de cursos e programas de educação superior por meio de convênios, consórcios, contratos, parcerias e participação em editais.

17 Atualmente, os Centros Acadêmicos existentes na estrutura organizacional da UEPA são:

- (A) Centro de Filosofia, Ciências Humanas e Educação – CFCHE; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS; Centro de Ciências e Tecnologia – CCT.
- (B) Centro de Ciências Naturais e Tecnologia – CCNT; Centro de Ciências da Saúde – CCS; Centro de Educação e Ciências Sociais – CECS.
- (C) Centro de Ciências Sociais e Educação - CCSE; Centro de Ciências da Sociedade – CCS; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS.
- (D) Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS; Centro de Ciências Sociais e Educação - CCSE; Centro de Ciências Naturais e Tecnologia - CCNT.

18 É uma estratégia prevista no PDI da UEPA para alcançar a meta três da área de extensão da Universidade

- (A) implementar o Programa de Mobilidade Nacional na Graduação.
- (B) ampliar a oferta de cursos e programas de educação superior por meio de convênios, consórcios, contratos, parcerias e participação em editais.
- (C) promover a formação continuada dos profissionais da educação, especificamente assessoria pedagógica e docente.
- (D) fortalecer e ampliar a política de bolsas nos projetos de extensão e projetos acadêmicos.

19 Um dos objetivos da área do ensino de graduação anunciados no PDI da UEPA é

- (A) melhorar a capacidade de desenvolvimento institucional e de gestão operacional.
- (B) ampliar o acesso e a permanência à educação superior em áreas e/ou regiões estratégicas para o desenvolvimento do estado.
- (C) aprimorar o Sistema de Gestão Acadêmica.
- (D) promover cursos para elaboração e gestão de projetos.

20 O PDI da UEPA anuncia, em acordo com o que estabelece o artigo 9º do Estatuto da Universidade, os princípios fundamentais da Universidade do Estado do Pará. Entre estes princípios, pode-se citar o(a)

- (A) desenvolvimento da filosofia, da ciência, da tecnologia, das letras e das artes, comprometido com o processo de humanização da sociedade.
- (B) defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
- (C) respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual.
- (D) flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.

TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR – ADMINISTRAÇÃO CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 De acordo com a Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, do Estado do Pará, são requisitos cumulativos para a posse em cargo público estadual, entre outros,

- (A) ter 18 anos completos; estar quite com as obrigações militares; ser brasileiro (nos termos da Constituição).
- (B) estar em pleno exercício dos direitos políticos; declarar sociedade em empresas privadas; ser julgado apto em inspeção de saúde realizada por órgão oficial.
- (C) ter 21 anos completos; não estar simultaneamente com pendências em suas obrigações militares e eleitorais; estar em pleno exercício de seus direitos políticos.
- (D) possuir a escolaridade exigida pelo cargo no momento da nomeação; ser julgado apto em inspeção de saúde realizada por órgão oficial; declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos.

22 A responsabilidade civil do Estado é decorrente de ação ou omissão estatal lícita ou ilícita que cause dano a alguém. São considerados excludentes de responsabilização civil do Estado

- (A) força maior e caso fortuito.
- (B) culpa exclusiva da vítima e danos exclusivamente morais.
- (C) dano não intencional e culpa exclusiva de terceiros.
- (D) força maior e culpa de agentes públicos terceirizados.

23 O controle da administração pública é realizado por meio de um conjunto de mecanismos que permitem a vigilância, a orientação e a correção da atuação administrativa. Esse controle pode ser classificado como interno ou externo. É considerado um tipo de controle interno

- (A) análises do Tribunal de Contas da União – TCU.
- (B) apuração de irregularidades em Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI.
- (C) controle administrativo por autotutela.
- (D) controle judicial mediante provocação.

24 Segundo a Lei Federal nº 9.784/1999 que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta– entende-se que, nos casos abaixo, está sumariamente impedido de atuar em processo administrativo, mediante sua própria comunicação, o servidor ou autoridade

- (A) que tenha conhecimento prévio sobre a matéria do processo.
- (B) que venha a participar do processo como perito.
- (C) cujo primo, que é um parente colateral, esteja envolvido no processo.
- (D) que tenha amizade com a parte interessada.

25 Um ato administrativo é o ato jurídico praticado, segundo o Direito Administrativo, pelas pessoas administrativas, ou a Administração Pública, por intermédio de seus agentes, no exercício de suas competências funcionais, capaz de produzir efeitos com fim público. Os atos administrativos podem ser invalidados pela própria Administração Pública ou pelo Poder Judiciário. O ato administrativo pode vir a ser invalidado, quando o agente público

- (A) foi empossado recentemente em cargo que lhe atribuiu a competência para o ato administrativo.
- (B) praticou ato administrativo de modo a melhorar o ambiente organizacional de que faz parte, sem que, seja considerado um ato com fim público.
- (C) praticou ato administrativo motivado por fatores apresentados por terceiros que correspondem à realidade e foram apresentados formalmente.
- (D) praticou ato administrativo formalmente, para contraste com a lei e aferido, pela própria Administração ou pelo Judiciário, que foi considerado estranho às vontades do gestor máximo da instituição pública.

26 Segundo a Lei nº 8666/93, contrato administrativo é “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”. Analise as afirmativas seguintes sobre os contratos administrativos:

I – Por ocasião da identificação de cláusulas exorbitantes no contrato administrativo, o mesmo deverá ser anulado imediatamente.

II – Contratos administrativos podem ser estabelecidos quando a parte contratante é uma organização com fins lucrativos e aciona o Estado para a execução de suas atividades.

III – Em um processo licitatório, deverá fazer parte dos anexos do edital de licitação a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor.

IV – A administração pública não poderá, em nenhuma hipótese, celebrar o contrato oriundo de licitação desconsiderando a ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.

São corretas as afirmativas

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III apenas.
- (D) III e IV apenas.

27 São subordinados ao regime da Lei nº 8.666/93, na ocasião da realização de procedimento de licitação, além dos órgãos da administração direta,

- (A) as agências de controle, as autarquias, as fundações públicas e as organizações controladas diretamente pelo Estado.
- (B) os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (C) as autarquias, as fundações públicas e as empresas públicas controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (D) as universidades, as agências de controle e órgão de financiamento controlados direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

28 A Lei Complementar nº 101/2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. A Administração Pública, quando transparente, permite à sociedade colaborar no controle das ações governamentais, com intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam. São instrumentos de transparência estabelecidos nessa lei

- (A) os Sistemas de Gestão de Contratos; o Relatório Geral da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e versões simplificadas desses documentos.
- (B) as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e versões simplificadas desses documentos.
- (C) os planos, os orçamentos e as leis de diretrizes orçamentárias; o Planejamento Plurianual; e versões simplificadas desses documentos.
- (D) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; o Plano de Licitações; o Balanço de Realizações; e as versões simplificadas desses documentos.

29 William E. Deming foi um Guru da Qualidade americano, enviado ao Japão pelas Forças Aliadas após a Segunda Guerra Mundial, para ensinar técnicas estatísticas aos industriais japoneses. Uma de suas maiores contribuições são os 14 princípios para a gestão da qualidade. Um dos princípios de Deming para a qualidade é

- (A) produzir somente quando necessário, assim os estoques podem ser reduzidos.
- (B) eliminar os medos na organização, assim todos podem trabalhar efetivamente.
- (C) fazer certo desde a primeira vez, e aprender com os erros dos outros.
- (D) estabelecer o treinamento em centros especializados, pois a melhoria das técnicas levará à perfeição.

30 Os princípios orçamentários podem ser caracterizados como regras estabelecidas com a finalidade de aumentar a consistência do orçamento público federal no cumprimento de sua finalidade de auxiliar o controle parlamentar sobre o poder executivo. Sobre esses princípios, é correto afirmar que deve ser respeitado o princípio da

- (A) unidade, o que quer dizer que cada Ministério da República deve ter apenas um orçamento para ser controlado individualmente pelo poder legislativo.
- (B) totalidade, o que quer dizer que o Governo Federal poderá constituir múltiplos orçamentos, desde que estes sofram consolidação, de forma a permitir uma visão geral do conjunto das finanças públicas.
- (C) especificação, especialização ou discriminação, o que quer dizer que as receitas e as despesas planejadas devem aparecer apenas de forma consolidada, de tal forma que se possa viabilizar, com economia de recursos e eficiência, o controle dos recursos e sua aplicação.
- (D) legalidade, que quer dizer que para ser legal, tanto as receitas quanto as despesas planejadas para o ano seguinte precisam estar previstas no Planejamento Plurianual do Brasil.

31 Normalmente, os termos gerente e líder são caracterizados de forma diferente. No entanto, o que se espera de um gerente é que possa exercer a liderança sobre seus subordinados. Sobre os aspectos da liderança, é correto afirmar que

- (A) um líder deve apresentar simultaneamente todos os atributos mapeados por pesquisadores a respeito da boa liderança, como forte senso de responsabilidade, alto desempenho técnico, persistência para atingir os objetivos, entre outros.
- (B) a liderança deve levar os colaboradores a fazerem de bom grado o necessário para alcançar os objetivos da organização.
- (C) a influência exercida pelo líder é indesejável por ser invasiva e desrespeitar a capacidade criativa dos colaboradores mais produtivos.
- (D) a influência formal, ou seja, aquela dada por força normativa não é necessária para o bom desempenho do papel de liderança em uma organização, pois não contribui para que os colaboradores persigam os objetivos estabelecidos.

32 A descentralização nas organizações surgiu entre as décadas de 50 e 60 na corrente administrativa chamada Administração por Objetivos (APO), isso se deu pela forte pressão que as empresas americanas sofriam por controles governamentais e necessitavam de formas de gestão mais leves e que trouxessem melhores resultados. Sobre a descentralização, é correto afirmar que

- (A) refere-se, quando requerida pela APO, à necessidade de a organização não mais manter o processo de verticalização da produção e sim voltar ao paradigma da horizontalização de modo a descentralizar os seus processos.
- (B) é a divisão da responsabilidade entre os gerentes e seus subordinados para tomadas de decisão mais ágeis e eficientes. O controle continua centralizado, mas as decisões são tomadas em diversos níveis.
- (C) o gerente determina todos os objetivos a serem alcançados pelos seus subordinados e distribui os recursos entre eles. Assim, cada um terá a mesma chance de alcançar os objetivos propostos.
- (D) é positiva para o aumento da padronização dos processos, uma vez que cada subordinado pode desenhar seu próprio processo, facilitando assim o controle.

33 Na comunicação entre pessoas, diversos aspectos podem se apresentar como barreiras de comunicação. Sobre essas barreiras de comunicação, analise as afirmativas abaixo:

I – Utilizar jargões ou palavras de uso infrequente na atribuição de atividades a serem executadas é uma atitude positiva, pois faz com que o subordinado busque conhecer mais sobre novas palavras e aprimore seu vocabulário, melhorando o resultado das ações.

II – Em uma comunicação entre pessoas no ambiente organizacional, o estado emocional de cada um de seus participantes deve ser considerado, sob pena de surgirem sérias distorções na comunicação, gerando resultados imprevisíveis.

III – Gestos ou expressões faciais incompatíveis com a mensagem expressa pelo gerente pode gerar grave distorção de entendimento por parte de seus subordinados.

IV – Para que a comunicação seja eficaz é necessário que ela ocorra em dois sentidos, logo é necessário planejar como a mensagem será verificada quando chegar ao seu receptor.

São corretas as afirmativas

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III somente.

34 A processo de reengenharia organizacional chegou às organizações, especialmente na década de 90, como resposta às suas parcas habilidades em ter eficiência nos processos, apesar da adoção de tecnologias atuais. Sobre o processo de reengenharia, é correto afirmar que

- (A) é um processo de melhoria contínua no qual as organizações, por meio de experimentações, passam a encontrar as melhores formas de utilizar a tecnologia instalada.
- (B) tem como princípio básico reduzir os custos operacionais indiretos das operações da organização.
- (C) foi desenvolvida na indústria automobilística japonesa com intenção de implementar princípios de melhoria contínua e atendimento de nichos específicos de mercado.
- (D) propõe repensar fundamentalmente os processos da organização, os redesenhando drasticamente para a obtenção de melhoria relevante na eficiência da organização.

35 O objetivo das ferramentas da qualidade é avaliar alterações nos processos e produtos ou serviços por meio de análises objetivas, de modo a subsidiar a sua correção e melhoria. Considerando-se a relação ferramenta e seu objetivo, é correto afirmar que

- (A) Histograma é útil para definir o fluxo de operações em processo produtivo ou administrativo, trazendo assim uma visão global do processo.
- (B) Diagramas de dispersão são úteis para verificar graficamente a frequência da ocorrência de desvios nos processos, de modo a facilitar a priorização dos processos a serem ajustados.
- (C) Ferramenta PERT/CPM é útil para o planejamento e o controle de um projeto cujo resultado – produto ou serviço - será único. Nesse caso o prazo de conclusão é um critério importante, logo os desvios relevantes observados por meio da ferramenta necessitam de controle.
- (D) Digrama de Ishikawa é útil para a verificação da eficiência do processo por meio de gráficos que apresentam o número de itens produzidos e o total de itens desconformes ao longo dos dias. Com essa ferramenta, o gestor é capaz de estabelecer quais elementos do processo merecem ajustes diários.

36 Os processos de atração e retenção de pessoas são aqueles necessários para procurar, encontrar, atrair e engajar pessoas que possuam as competências que a organização necessita para a continuidade e evolução de suas operações. Quanto ao processo de atração e retenção de pessoas no serviço público, analise as afirmativas abaixo:

I – O concurso público é o principal componente do processo de atração e retenção de pessoas no serviço público.

II – A meritocracia, critério pelo qual há a predominância da atração de pessoas por meio de atributos de *status* político, econômico e relações pessoais, é a melhor forma de captar pessoas eficientes para o serviço público por garantir a confiança no servidor.

III – No processo de retenção de seus servidores, os critérios de ascensão no serviço público devem levar em consideração aspectos subjetivos, avaliando cada servidor de forma individualizada e com critérios próprios.

IV – Um total de 20% das vagas na realização de concursos públicos, para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Federal, das autarquias e das fundações públicas, são reservadas para cidadãos negros, desde que o concurso ofereça mais que três vagas.

São corretas as afirmativas

- (A) I e IV somente.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III somente.

37 A declaração da missão, visão e valores da organização são elementos essenciais na constituição de seu planejamento estratégico. Os conceitos associados a esses elementos são, respectivamente,

- (A) declaração dos objetivos estratégicos da organização; previsão de mercado atendido pela organização; declarações das intenções de ganhos da organização no horizonte do planejamento.
- (B) declaração da finalidade da organização; declaração do posicionamento que a organização deseja no horizonte do planejamento; enunciados que norteiam todas as ações da organização.
- (C) conjunto dos indicadores a serem acompanhados pela organização; declaração do ponto de maturidade a ser alcançado pela organização no horizonte de planejamento; declarações daquilo que move a organização.
- (D) declaração das metas da organização; projeção dessas metas a longo prazo; dimensões em relação às quais essas metas deverão ser avaliadas.

38 A compreensão do ambiente no qual a organização é estabelecida é de fundamental importância para o desenvolvimento de suas estratégias. A ferramenta estratégica adequada para a análise do ambiente organizacional e sua definição é

- (A) Análise SWOT – para o mapeamento de forças, fraquezas do ambiente interno à organização e oportunidades e ameaças do ambiente externo.
- (B) Ciclo PDCA – para o mapeamento das ações de planejamento de reconhecimento do ambiente e a execução das suas interações com a organização.
- (C) *Braisntorming* – para a extração de informações do ambiente organizacional por meio de análise documental.
- (D) 5W2H – para a construção do planejamento das interações com o ambiente interno e externo à organização com vistas a contribuir no seu planejamento estratégico.

RASCUNHO

39 A administração pública, seja na sua forma direta (em seus órgãos diretos) ou na sua forma indireta (fundações, sociedades de economia mista, autarquias, entre outros), em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá a princípios fundamentais. Considerando esses princípios, analise as alternativas:

I – Quando comprovado que o administrador não possui recursos disponíveis para o seguimento de parcela pequena das leis às quais está submetido, ele estará livre para agir, ainda que infrinja em algum grau o princípio da legalidade.

II – O administrador público pode atuar em processos envolvendo interesses de parentes, sem ferir o princípio da impessoalidade, desde que sua relação seja no mínimo de 2º grau.

III – Quando comprovado que o servidor público não serviu à nação com presteza, exatidão e bom rendimento funcional, este servidor terá violado o princípio da eficiência da administração pública.

IV – Os contratos estabelecidos pela administração pública devem ser divulgados de modo a respeitarem a chamada “Lei de Acesso à Informação”, Lei nº 12.527 de 2011, sob pena de ferir o princípio da publicidade da administração pública, exceto por decisão contrária do gestor máximo do órgão público responsável pelo processo de contratação.

É(São) correta(s) a(s) afirmativa(s)

(A) II, III e IV.

(B) I, II e III.

(C) III e IV somente.

(D) III somente.

40 Os atos de improbidade administrativa são aqueles que ferem os princípios legais e constitucionais da administração pública. A Lei de Improbidade Administrativa do Brasil, Lei nº 8429 de 1992, trata das sanções aplicáveis aos atos de improbidade no país. Sobre o disposto na lei, analise as seguintes afirmativas:

I – Logo que instaurado o processo de investigação da improbidade administrativa, o agente público investigado passa a ter temporariamente suspenso seus direitos políticos.

II – No caso de enriquecimento ilícito ou lesão ao patrimônio público, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

III – Os sucessores do agente público que causar lesão ao patrimônio público estão sujeitos às cominações da Lei nº 8429/92 até o valor limite do dano causado ao patrimônio.

IV – O agente público não poderá receber presentes, de qualquer valor, de quem tenha interesse, direto ou indireto, no resultado das ações ou omissões decorrentes das suas atribuições.

São corretas as afirmativas

(A) I, III e IV.

(B) I e IV somente.

(C) II e IV.

(D) II e III.

RASCUNHO